

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.209 - SP
(2019/0135407-4)**

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S A
EMBRATEL
ADVOGADO : MÁRCIA SOARES DE MELO E OUTRO(S) - SP120312
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : ANDRÉ ALBUQUERQUE CAVALCANTI DE P. MAGALHÃES
E OUTRO(S) - SP158355

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto pela EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. – EMBRATEL contra decisão proferida pela Presidência desta Corte Superior, que conheceu do agravo para, com base na Súmula 211 do STJ, na ausência de prequestionamento do tema sobre o qual recai o dissídio jurisprudencial e na falta de similitude fática entre o paradigma e o julgado ora impugnado, não conhecer de recurso especial no qual pede a aplicação dos percentuais estabelecidos no art. 85, § 3º, do CPC/2015 aos honorários de sucumbência.

A parte agravante alega, em síntese, que os dispositivos legais supostamente violados e as teses a eles vinculados encontram-se prequestionados na origem, inclusive com a oposição de embargos de declaração. Aduz ainda estar demonstrado o dissídio jurisprudencial com a descrição do contexto fático assemelhado e as conclusões conflitantes entre o julgado ora impugnado e o acórdão paradigma.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado n. 3 do Plenário do STJ).

Inicialmente, após nova análise processual, provocada pela interposição do agravo interno, observo assistir razão ao agravante quanto à inexistência dos óbices arrolados na decisão agravada.

Com efeito, da fundamentação contida no acórdão recorrido é possível depreender que a sustentada tese de aplicação obrigatória da tarifação dos honorários de sucumbência, nos termos do art. 85, § 3º, do CPC/2015, foi, ao menos implicitamente, prequestionada.

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão de e-STJ fls. 491/493, tornando-a sem efeito.

Após, voltem-me os autos conclusos para nova apreciação do

Superior Tribunal de Justiça

agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA
Relator

